

## IAOD do Deputado Zheng Anting em 18.10.2016

Exmo. Sr. Presidente,  
Caros colegas:  
Boa tarde!

Após o Retorno, as pensões do Regime de Segurança Social foram aumentadas seis vezes, e as pensões para idosos e de invalidez triplicaram, passaram de 1150 para 3450 patacas. Mas as contribuições para o Fundo de Segurança Social mantêm-se nas 45 patacas desde o estabelecimento da RAEM (a proporção entre as partes patronal e laboral é de 2 para 1, isto é, de 30 e 15 patacas, respectivamente). Com valores destes é impossível suportar os grandes montantes das pensões, daí as necessárias injeções anuais de capital por parte do Governo. A sociedade de Macau já está a envelhecer, a percentagem de idosos passou de 6,8% em 1991 para 9% em 2015, e com uma sociedade envelhecida e com a diminuição da população activa, o número de contribuintes vai diminuir e as receitas do FSS não vão conseguir cobrir as despesas.

Todos sabem que existe uma grande diferença na proporção entre o valor das contribuições para o Fundo de Segurança Social (FSS) e o subsídio para os idosos. Para efeitos de estabilização das contas e desenvolvimento sustentável do FSS, perante a actual conjuntura económica, é mesmo urgente aumentar o valor das contribuições. Empregadores e trabalhadores chegaram recentemente ao consenso de aumentar para o dobro o valor das contribuições, isto é, para 90 patacas, mas ainda não chegaram a um consenso sobre as respectivas proporções. O assunto já está a ser discutido há mais de 4 anos e ainda nada foi concretizado. No início deste ano, o Secretário Alexis Tam referiu que: “existe consenso na sociedade para o aumento de 45 para 90 patacas das contribuições para o FSS, mas as partes ainda não chegaram a um consenso, no seio do CPCS, sobre as respectivas proporções. O Governo vai envidar esforços e dialogar com ambas as partes, e mesmo que não se consiga chegar a um consenso, o Governo vai ter de tomar uma decisão ainda este ano.

O tempo voa, e num instante se chega ao final do ano. Só faltam 2 meses. Mas o mais lamentável é que até agora ainda não há uma decisão sobre a proporção das contribuições para o FSS. É evidente que ainda faltam dois meses, mas o meu desejo é que as partes cheguem a um consenso e a questão seja resolvida. As despesas estão continuamente a aumentar e o Fundo está a ficar oco, portanto, o Governo deve encarar o problema do desenvolvimento sustentável do Fundo e desempenhar o seu papel de mediador para resolver esta questão, que não pode continuar a arrastar-se, caso contrário, será afectada a capacidade governativa e a credibilidade do Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

## **IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 18.10.2016**

A fim de melhor servir os cidadãos e elevar a eficiência e o nível das suas acções governativas, o Governo elabora todos os anos o relatório das LAG, e no deste ano traçou o primeiro Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM, demonstrando a sua vontade de assumir a responsabilidade e de monitorizar o desenvolvimento a longo prazo, o que merece o nosso elogio. Embora haja esse Plano, o que os cidadãos mais esperam é que o Governo concretize as promessas assumidas nas LAG e que atinja as metas previstas, para ser realmente possível resolver as dificuldades ao nível da habitação, da compra de habitação, em apanhar autocarro e táxi, ao nível do estacionamento, da vida dos idosos pós-aposentação, das condições para as micro, pequenas e médias empresas, etc., assim como elevar o nível e melhorar a qualidade de vida da população.

Porém, os resultados da governação destes últimos anos revelam que o Governo não foi capaz de cumprir algumas promessas, abalando consideravelmente a confiança dos cidadãos. Por exemplo, quanto ao desempenho administrativo, o Governo tem promovido a racionalização de quadros, simplificação administrativa, melhoria da qualidade dos quadros, optimização da estrutura administrativa e ajustamento do número de funcionários públicos. No entanto, olhando para os gastos com os recursos humanos, constata-se que subiram de 9,2 mil milhões, em 2010, para 17,1 mil milhões em 2015, representando o maior aumento e a maior taxa de execução de todas as despesas públicas, enquanto os projectos relacionados com a vida dos cidadãos apresentam uma taxa de execução muito mais baixa, chegando a ser mesmo zero por cento em vários deles. Na opinião da maioria dos cidadãos, a eficiência governativa e a qualidade dos serviços não foram efectivamente melhoradas com o aumento das despesas com os funcionários públicos. Nota-se um descontentamento face à precária qualidade dos serviços e à baixa eficiência administrativa. Um outro exemplo é a protecção ambiental. O Governo definiu políticas sobre a redução de resíduos e comprometeu-se a fazê-lo a partir da fonte, a fim de aliviar a pressão para a incineradora e aterros sanitários para depósito de entulho da construção civil. Porém, como em restaurantes de várias grandes concessionárias do jogo os restos de comida não podem ser levados, é grande a quantidade de resíduos alimentares, o que constitui maior pressão para a incineradora, não é ecológico e significa incumprimento dos deveres sociais por parte dessas empresas. E parece que o Governo não tem soluções para este problema. Além disso, de acordo com o relatório sobre a execução orçamental de 2015, são vários os itens da área da protecção ambiental com zero por cento de taxa de execução, o que significa que as políticas do Governo não produziram

efeitos. E estes são apenas uma parte dos problemas que afectam a qualidade de vida e a eficiência administrativa, existem muitos mais. Os cidadãos nem sabem quando é que estes problemas vão ser resolvidos. Será que as promessas não vão ser cumpridas, e os problemas vão passar para o próximo Governo?

Pelo exposto, a população solicitou-me que perguntasse ao Governo o seguinte: já fez estudos sobre quantas das políticas de apoio social sugeridas nas LAG foram concretizadas? E quais as que ainda não foram? Deve ser feito um balanço sobre as políticas de apoio social que já foram concretizadas, e divulgá-las junto da população, para que esta sinta que as LAG são, de facto, delineadas em prol da população. E quanto às políticas que ainda não foram concretizadas, o Governo deve esclarecer a população, e retirar daí os devidos ensinamentos para as futuras LAG. O Governo da RAEM já apresentou, desde a Transferência, 17 LAG, e independentemente da respectiva eficácia, há que rever e reflectir sobre essas políticas, revendo o que foi menos conseguido e aperfeiçoando o que foi já concretizado, pois só assim é que se pode governar com base em dados científicos e trabalhar em prol da população. Não acham que é assim?

**IAOD dos Deputados Kou Hoi In, Cheang Chi Keong e  
Chui Sai Cheong em 18.10.2016**

(apresentada pelo deputado Kou Hoi In)

Nos últimos anos, o rápido desenvolvimento económico resultou num aumento populacional e de viaturas, mas as instalações e o planeamento do trânsito não respondem a esse desenvolvimento, o que leva a dificuldades de deslocação em transportes, e de circulação e estacionamento de viaturas. O público depositou grande esperança na construção do Metro Ligeiro, mas, desde a formulação de ideias à sua construção, têm sido frequentes as polémicas, e o seu traçado em Macau ainda não se concretizou, situação que destruiu a confiança dos residentes.

Em Setembro deste ano, o Governo adjudicou novamente a empreitada da superestrutura da oficina do Metro Ligeiro. Assim, ficou resolvido finalmente o problema que se arrastava há anos, relacionado com o projecto nuclear desse empreendimento. O Secretário para os Transportes e Obras Públicas reafirmou a confiança de que o troço na Taipa poderá funcionar em 2019. Espero que o Governo e o adjudicatário possam cooperar nessa tarefa, acelerando a construção desse empreendimento para a rápida conclusão da ligação entre as paragens da Taipa e da Barra, para melhorar a circulação do tráfego entre Macau e a Taipa. Além disso, deve ser maximizada a função do Centro Modal de Transportes da Taipa, ainda em construção, para se transformar em interface e ponto de encontro entre diferentes sistemas de transporte.

As obras do traçado do Metro Ligeiro da Taipa são lentas, e a população tem de tolerar, mais 3 anos, um período negro de trânsito. Se a mesma situação acontecer na península de Macau, é de crer que serão mais graves os congestionamentos, de transeuntes e de carros. Numa situação em que se registam apenas as desvantagens, solicito ao Governo que pondere com cautela o seguinte: não vale a pena a respectiva construção na península de Macau e basta ligar o troço da Taipa à estação da Barra.

Porém, não havendo a construção do Metro Ligeiro na Península de Macau, não quer isto dizer que não é preciso fazer nada. O planeamento do trânsito de Macau necessita de ser optimizado de forma incessante em prol do desenvolvimento urbanístico, e a situação dos congestionamentos de trânsito merece ser melhorada com urgência. Dada a Macau a jurisdição das águas marítimas pelo Governo Central, Macau pode aproveitar as vantagens costeiras e tornar a Barra como centro, construindo à beira-mar da península de Macau uma “via circular exterior”, a fim de criar efeitos de triagem para os veículos passarem por este anel e chegarem a diversas zonas, aliviando, assim, a pressão do trânsito na interior da cidade.

Sugerimos também que Macau pondere a construção de um “monocarril em torno da cidade”, portanto, aplicando a mesma ideia no sentido de construí-lo ao longo da linha costeira. Assim, os vagões podem percorrer, continuamente, a ferrovia em torno da cidade, permitindo aos cidadãos chegarem da circular exterior a várias zonas da Península de Macau. Para além de repartir efectivamente o trânsito das zonas envolvidas, também pode servir de “carril de excursão em torno da península”, ajudando a resolver os problemas de trânsito, a aditar mais um elemento turístico a Macau, a promover a visita dos turistas às zonas antigas, bem como a reforçar a vitalidade do ambiente comercial dessas zonas.

A Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e a Nova Passagem Transfronteiriça Guangdong-Macau serão construídas na zona Norte, portanto, a extensão da via pública da zona costeira e a construção do referido monocarril contribuirão para a mobilização de peões e veículos, por forma a evitar o aumento da pressão do trânsito, bem como para o planeamento da rede rodoviária das diversas zonas. O Governo deve ponderar, com todo o rigor, as referidas três sugestões, e efectuar, quanto antes, o respectivo estudo de viabilidade e o planeamento geral da rede rodoviária, a fim de dar resposta ao futuro desenvolvimento e ao posicionamento de Macau enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer.

## **IAOD da Deputada Leong On Kei em 18.10.2016**

O Primeiro-Ministro Li Keqiang visitou recentemente Macau e ofereceu “grandes prendas” à população local, tendo referido que o Governo Central ia promover 19 políticas de apoio, onde se inclui a criação de uma plataforma de regularização das operações em Renminbi entre a China e os países de língua portuguesa, e a construção de Macau como uma marca de convenções e exposições internacionais e de turismo individual em embarcações de recreio, entre outras, com vista a promover a criação em Macau de “Um Centro, Uma Plataforma” e a diversificação da economia.

Isto significa que o Governo Central dá extrema importância, apoia muito e disponibiliza muitas oportunidades de desenvolvimento para Macau. Pelo exposto, o Governo da RAEM tem de retirar as vantagens específicas, assim como estudar, implementar e aplicar, com a maior brevidade possível, as respectivas medidas, aplicando da melhor forma as políticas de benefícios disponibilizadas pelo Governo Central.

Nos últimos anos, o nível das Linhas de Acção Governativa (LAG) do Governo da RAEM tem vindo a elevar-se, contudo, a sociedade ainda tem dúvidas sobre o seu trabalho, devido, nomeadamente, a atrasos exagerados na finalização e derrapagens orçamentais nas obras do Metro Ligeiro. O percurso da Taipa está prestes a finalizar, mas ainda não há nenhum plano para efectuar a ligação a Macau. O início de funcionamento do Metro Ligeiro irá demonstrar que Macau vai entrar numa nova era do sistema de transportes públicos, mas até agora ainda não sabemos quando isso irá acontecer. As questões relacionadas com a habitação e os transportes são problemas que afectam há muito a população, mas continuamos a não registar melhorias nestes 2 aspectos, pois a questão dos transportes, para além de afectar as saídas da população, também afecta a capacidade de acolhimento e a construção de Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Assim sendo, será que o Governo da RAEM consegue concretizar eficazmente as 19 políticas de apoio a Macau apresentadas pelo Governo Central? Trata-se, pois, de um grande desafio para o nível das acções governativas e a capacidade de execução do Governo da RAEM. O Governo deve, quanto antes, definir uma calendarização para essas 19 políticas e divulgar periodicamente informações sobre a situação da sua execução, para o público fiscalizar e apresentar opiniões, e chegar a consenso social, criando um ambiente em que “toda a população participa e diversos sectores colaboram”, e formando uma era em que “todos com o mesmo coração caminham para o mesmo rumo”.

Para além de criar um consenso amplo na sociedade, os funcionários públicos de diversas categorias devem conhecer, correcta e profundamente, as políticas do

Governo Central, porque só assim é que conseguem, aquando da execução, caminhar correctamente para o mesmo rumo e fazer com que essas políticas possam ser executadas de cima para baixo, de forma perfeita e com alto nível.

As políticas de apoio oferecidas pelo Governo Central são grandes oportunidades para o desenvolvimento de Macau, assim, o Governo da RAEM tem de as estimar e aproveitar ao máximo, não devendo desiludir as expectativas depositadas em Macau pelo Governo Central, pois há que aplicar em Macau o princípio “um país, dois sistemas” de forma mais energética e com vitalidade.

## IAOD do Deputado Si Ka Lon em 18.10.2016

### **Necessidade de uma verdadeira liberalização do mercado de telecomunicações de Macau**

Desde o termo do contrato de exclusividade de telecomunicações entre o Governo e a CTM em 2011, a sociedade esperava que o mercado pudesse ser completamente liberalizado, reforçando ainda a respectiva competitividade e elevando a qualidade dos serviços. Porém, mais tarde, o Governo e a CTM celebraram a “Revisão Intercalar do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações”, definindo a CTM como responsável pela gestão dos activos da concessão, por isso a CTM ocupou uma posição predominante nestes últimos cinco anos no mercado de telecomunicações e, especialmente para a Internet e a rede fixa, a fatia de mercado da CTM atingia 100 por cento. Com a predominância da CTM, a população e os sectores em causa têm estado insatisfeitos com as tarifas e a qualidade dos serviços da Internet, e com as taxas de aluguer de uma linha fixa.

Sob as fortes solicitações dos sectores da sociedade, há dias, a CTM lançou finalmente um “projecto de redução de tarifas e de aumento da velocidade”. Nestes termos, as tarifas dos serviços de banda larga foram reduzidas a partir de 1 de Outubro e foi prometida uma velocidade quadruplicada dos serviços residenciais e comerciais. Mas, segundo vários residentes, depois da redução, as tarifas dos serviços de banda larga continuam insatisfatórias em comparação com Hong Kong e Zhuhai. Os cidadãos adoptam, na sua maioria, o serviço residencial de banda larga de 100 *megabits*, que custa em Hong Kong entre 150 a 200 dólares de Hong Kong e apenas 140 RMB em Zhuhai. Em Macau, após o respectivo ajustamento, as tarifas continuam altas atingindo as 300 patacas e, apesar de terem elevado a velocidade até 150 *megabits*, na realidade é mais lenta comparativamente com Hong Kong e Zhuhai.

Segundo o “Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações”, a CTM tem o direito de cobrar aos outros operadores de telecomunicações interessados no acesso aos activos da Concessão a despesa de aluguer dos serviços de circuitos da rede fixa. Segundo as queixas de muitos profissionais do sector, a referida despesa é cara, isto é, muito superior à despesa normal, o que é mesmo “melhor do que roubar”. Em Macau existem cerca de 20 entidades com licença de serviços de Internet, mas, devido à elevada despesa do referido aluguer, todas elas desistem e, assim, não se conseguiu criar concorrência neste mercado. As empresas de telecomunicações que entraram com dificuldade nesse mercado dificilmente conseguem definir as tarifas dos seus serviços para um nível racional e, no fim, são os cidadãos que sofrem.

O Governo, por um lado, afirmou que ia liberalizar o mercado das telecomunicações e, por outro, adjudicou o direito exclusivo de exploração dos activos da concessão à CTM, e não é possível permitir uma concorrência leal. As pessoas duvidam que o Governo está a falar e a agir de forma contrária. As telecomunicações têm a ver com o interesse público relevante e, num curto espaço de tempo, o Governo deve promover a redução das tarifas dos circuitos alugados, atrair mais operadores para o mercado das telecomunicações e reduzir os custos de exploração; há que criar mecanismos, de longo prazo, de afectação justa dos activos da concessão, permitindo aos operadores a sua utilização justa, bem como um bom ambiente competitivo e promover uma verdadeira liberalização do mercado das telecomunicações.

## IAOD da Deputada Song Pek Kei em 18.10.2016

A área da administração tem sido desde sempre foco de atenção da sociedade, portanto, esta já solicitou várias vezes ao Governo a respectiva reforma, nomeadamente quando enfrenta casos de falta de concertação, de acção por omissão e irregularidades. Na cerimónia da tomada de posse dos membros do IV Governo, o Presidente Xi Jinping lançou 4 propostas, a primeira foi *“através de trabalhos proactivos, deve aprimorar-se, constantemente, a capacidade e o nível de governação em conformidade com as leis da RAEM”*. Portanto, é mais do que evidente que o desenvolvimento da administração é um passo importante para o progresso.

É estimulante que o Governo da RAEM também tenha consciência disto, ao ponto de referir, no Relatório das LAG para 2015, que *“A racionalização de quadros e a simplificação administrativa são consideradas acções prioritárias da governação. Este ano, efectuaremos um estudo geral sobre a reorganização, a transferência e a fusão de atribuições e competências da estrutura administrativa, e aperfeiçoaremos o mecanismo de cooperação interdepartamental, no sentido de aumentar a eficiência administrativa”*. Em termos de balanço do ano que está quase a terminar, o Governo concluiu a reorganização das atribuições do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, do Instituto Cultural e do Instituto dos Desportos, e a fusão da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Justiça com a Direcção dos Serviços para a Reforma Jurídica, do Estabelecimento Prisional com o Instituto dos Menores, do Gabinete para os Recursos Humanos com a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, e do Corpo de Bombeiros com a Comissão de Segurança para os Combustíveis. Trata-se de mais um passo para reorganizar as estruturas e as atribuições na Administração.

Com vista a promover o desenvolvimento social, o Governo Central tem implementado a reforma administrativa, incluindo a fusão de diversos serviços com funções iguais, a optimização da estrutura administrativa e a descentralização de poderes, por forma a elevar a eficácia, medidas estas que correspondem às necessidades da sociedade no respeitante ao bem-estar dos cidadãos. O objectivo de reduzir 1/3 dos projectos que carecem de aprovação já foi atingido, o que demonstra a concretização de políticas que beneficiam a vida dos cidadãos. Como a reforma administrativa da RAEM ainda está atrasada, o Governo precisa de dedicar mais dos seus esforços a este assunto.

No Plano Quinquenal de Desenvolvimento, o Governo refere que vai lançar a 2.<sup>a</sup> fase do plano de reestruturação administrativa, o que demonstra a importância que dá a este assunto. É necessário tratar a reestruturação administrativa como o principal rumo a seguir na reforma administrativa, mas a fim do seu aprofundamento, para além da reestruturação, há que criar novos serviços consoante as necessidades do desenvolvimento social, por exemplo, para

desenvolver as novas tecnologias e promover a inovação, a RAEHK criou o *Innovation and Technology Bureau*. E mais, conferir competências e simplificar procedimentos também podem ser soluções para concretizar a racionalização de quadros e a simplificação administrativa, a reestruturação não é a única via. A reforma administrativa exige novas formas de pensar, por forma a permitir que os cidadãos sintam a sua eficácia.

Os residentes compreendem que são grandes as dificuldades e que a reforma administrativa não se faz de um dia para o outro, “Roma não se fez num dia”! O tempo não permite fazer tudo, portanto, há que identificar o mais importante e que ultrapassar as respectivas dificuldades, deixando o tempo que sobra para o resto. A resolução dos problemas exige tempo mas também sabedoria dos governantes e determinação do Governo em fazer o que decidiu, sem desistências, mesmo quando a situação é muito difícil. Há que proceder a uma reforma administrativa profunda e que ter coragem para resolver os conflitos, os problemas, e os interesses, tudo sem parar até chegar ao fim. Acredito que só assim será possível elevar a capacidade e o nível da governação nos termos da lei, governar melhor e resolver todos os problemas, os antigos e os novos.

## **IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 18.10.2016**

### **Acelerar a criação da Comissão para os Assuntos das Mulheres e Crianças, para materializar a determinação de salvaguarda dos direitos e interesses das mulheres e crianças**

Em 2005, foi criada em Macau a Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres, para impulsionar a implementação das políticas em prol do desenvolvimento destas. Depois, a respectiva designação foi alterada para Comissão dos Assuntos das Mulheres (adiante designada por Comissão). No final do ano passado, o Governo revelou a sua intenção de reorganizar esta Comissão, para se tornar numa Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres e Crianças. Mas nada se viu depois da recolha das opiniões sobre o assunto. Lamentavelmente, o mandato da Comissão terminou já, no passado mês de Abril. Em resposta às perguntas sobre esta situação, o Governo afirmou que a curto prazo ia proceder à revisão do regulamento administrativo envolvido, para a criação da Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres e Crianças. Tal incidente reflecte a lentidão do Governo, que nada preparou para o desenvolvimento dos respectivos trabalhos.

De facto, a Comissão dos Assuntos das Mulheres tem assumido um papel importante na elevação do estatuto das mulheres e na garantia da sua voz na política, levando também as vozes dos diversos sectores femininos até aos órgãos administrativos. Porém, a reestruturação desta Comissão continua muito atrasada, o que impede a implementação de políticas relacionadas com as mulheres e crianças. Apesar de o Governo afirmar que os trabalhos da Comissão não ficaram parados, estando actualmente em curso o estudo específico sobre a “Meta de desenvolvimento das mulheres” para a apresentação de estratégias viáveis em áreas como a “formação educativa”, a “manutenção da saúde”, a “segurança”, a “segurança social”, a “economia”, o “direito à participação e poder de decisão” e os “média e cultura”, esse estudo devia estar concluído em finais de 2016, mas, neste momento, os trabalhos estão atrasados, o que dificulta a concretização do que foi afirmado nas Linhas de Acção Governativa (LAG) de atribuir maior importância aos assuntos das mulheres e de elevar o respectivo estatuto.

Para salvaguardar os direitos legítimos das mulheres, promover o valor social de igualdade entre os sexos e concretizar as respectivas medidas, apelo novamente ao Governo para concluir rapidamente a revisão da lei e a preparação da criação da nova Comissão, elevar o estatuto funcional desta, analisar, sob a perspectiva de igualdade de sexos, as diversas políticas, e adoptar medidas, por exemplo, de estudo da concretização de um sistema de quotas sobre a participação das mulheres na política, para salvaguardar, realmente, a concretização desse direito genérico de que as mulheres gozam, assumir uma

atitude activa na definição de indicadores de desenvolvimento sobre sexos, e ajudar os diversos serviços a concretizarem gradualmente as políticas sobre os sexos e os respectivos sistemas jurídicos de garantias.

Mais, o Governo vai proceder à inclusão da salvaguarda dos direitos legítimos das crianças na “Comissão dos Assuntos das Mulheres”. Creio que é possível promover o desenvolvimento dos direitos legítimos das crianças em Macau com este método, e isto merece o apoio da sociedade. Mas, para essa concretização, de que medidas dispõe esta “Comissão das mulheres e das crianças”? Qual é o papel que consegue desempenhar? A sociedade nada conhece, portanto, apelo aos serviços competentes para facultarem, o mais cedo possível, o rumo do trabalho da “Comissão das mulheres e das crianças” e os respectivos planos para salvaguardar as crianças.

## IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 18.10.2016

Os assuntos relacionados com a vida da população são sempre a prioridade das acções governativas. Neste momento particular em que a economia de Macau entrou em fase de ajustamento, vêm ao de cima problemas e conflitos de há muitos anos. Para responder às reivindicações da sociedade quanto ao desenvolvimento social e à melhoria da qualidade de vida, o Governo lançou, em Setembro deste ano, o «Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM (2016-2020)», cujo conteúdo mais importante diz respeito à vida da população, demonstrando assim a grande importância que dá à protecção e melhoria da vida da população. Isto merece o nosso aplauso, no entanto, algum desse conteúdo continua por esclarecer:

Em primeiro lugar, no âmbito da gestão de terrenos - o Plano destaca a importância da reserva e gestão de terrenos, mas a questão é como vai ser aperfeiçoado o regime de gestão de terrenos e como vai ser acelerado o processo de recuperação dos terrenos desaproveitados. Além disso, o Governo deve elevar a transparência da gestão de terrenos, para concretizar o princípio da informação ao público previsto na Lei de terras. Deve ainda reforçar a divulgação das informações sobre os terrenos, no sentido de garantir o direito à informação e à fiscalização do público. Deve também melhorar o regime de fiscalização pós concessão, para assegurar o bom uso desses recursos tão escassos.

Em segundo lugar, no âmbito do planeamento urbanístico - devido à falta, ao longo destes anos, de um objectivo claro do planeamento urbanístico da RAEM, o desenvolvimento urbano de Macau não se articulou com o desenvolvimento económico, por exemplo, no respeitante aos transportes públicos, à articulação entre os bairros novos e os antigos, e ainda à utilização e distribuição dos terrenos, problemas que resultaram num desequilíbrio do desenvolvimento da cidade. O Governo reitera, no referido Plano, que a definição do plano urbanístico geral vai ser concluída em 2019. Ora, este plano geral tem implicações com o desenvolvimento saudável de Macau, portanto, exorto o Governo a concluir, quanto antes, esse trabalho, e a proceder a um ajustamento atempado e em conformidade com o desenvolvimento e as mudanças sociais.

Quanto à política de habitação, que é alvo da maior atenção dos cidadãos, o Governo pouco fala sobre ela no texto do Plano Quinquenal. Não foram definidas quaisquer medidas pormenorizadas para concretizar a política de “promoção do desenvolvimento saudável do mercado imobiliário e dos trabalhos na área da habitação pública”, e as medidas previstas são semelhantes às mencionadas nos relatórios das LAG dos últimos anos, por exemplo, quanto à oferta de habitação pública, refere-se que, a curto e médio prazo, serão construídas 4 600 fracções, que está prevista a construção de 8 mil fracções no lote da Avenida Wai Long, e que, a longo prazo, serão construídas 28 mil fracções na Zona A dos novos aterros. Ora, isto leva a sociedade a questionar se o sobre a habitação vai acabar por ser

um “cheque sem cobertura” e se os cidadãos vão continuar a ter dificuldade em comprar casa, devido aos preços elevados. Neste sentido, o Governo tem de encarar a gravidade da situação da habitação e apresentar medidas ou planos viáveis para otimizar as políticas respectivas, de modo a resolver efectivamente as necessidades habitacionais dos cidadãos.

Durante a sua visita a Macau, o Primeiro-Ministro Li Keqiang salientou que o Governo da RAEM devia colocar as questões relativas à vida da população em primeiro lugar, portanto, o Governo deve cumprir as medidas e exigências previstas no Plano Quinquenal, insistir em seguir o conceito “planeamento e desenvolvimento coordenado” e promover proactivamente a implementação do primeiro Plano Quinquenal, de modo a responder aos desafios decorrentes das mudanças do ambiente interno e externo e dos respectivos ajustamentos. A situação de execução do Plano deve ser revista periodicamente, através duma revisão anual e duma avaliação por fases, e devem ser introduzidos, atempadamente, os ajustamentos necessários, consoante as mudanças de situação. A articulação do Plano Quinquenal com as LAG deste ano vai permitir que a economia se desenvolva em coordenação com a sociedade e com a vida dos cidadãos, e que estes usufruam dos frutos do desenvolvimento económico, melhorando, assim, o seu bem-estar e assegurando a concretização dos diversos trabalhos para a construção de uma cidade com condições ideais para as deslocações, passeio, recreação, em suma, para viver e trabalhar.

## **IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 18.10.2016**

### **Introdução de um mecanismo de avaliação por uma terceira parte e melhoria da qualidade dos serviços por parte do Governo**

No âmbito do Relatório das LAG para 2016 e do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, destaca-se a introdução de uma instituição de avaliação, sendo esta a terceira parte responsável pela investigação e avaliação sobre os trabalhos e serviços desenvolvidos pelos serviços públicos, e a implementação do referido Plano Quinquenal. Tudo isto fornece uma base para os futuros mecanismos de incentivo e castigo, e de responsabilização do pessoal de direcção e chefia dos serviços públicos.

A avaliação por uma terceira parte é um mecanismo popular nos países ocidentais já há muito tempo. Porém, em Macau, isto é uma novidade. O facto de o Governo introduzir, pela primeira vez, um mecanismo de avaliação por uma terceira parte demonstra a sua determinação no reforço da exequibilidade das políticas e na sua própria reforma.

A avaliação por uma terceira parte é um novo modo de implementação da gestão de desempenho, a qual, enquanto mecanismo de fiscalização externa necessário e eficaz, supre as deficiências subjacentes à auto-avaliação, tradicionalmente adoptada pelo Governo, produzindo efeitos significativos na promoção de um governo orientado para os serviços e a inovação. Por isso, quanto à implementação da avaliação por uma terceira parte, sugiro que seja tomada especial atenção aos seguintes 3 aspectos:

#### **1. Salvaguardar a independência, especialização e credibilidade da terceira parte ao nível da avaliação**

Assumindo o papel de espectador, a “terceira parte” tem um estatuto transcendente. “Quem vai fazer isto” e “como é que vai fazer isto” são os assuntos aos quais a sociedade está atenta. Não existe, por agora, este tipo de instituição em Macau. Se a avaliação for incumbida a uma instituição experiente do exterior, é provável que os resultados alcançados não sejam satisfatórios, visto que a avaliadora não tem conhecimentos sobre a situação política e a vida da população de Macau. Assim, o Governo deve ser prudente na escolha de uma instituição terceira adequada. A definição, de forma científica, de critérios aplicáveis à avaliação vai afectar os seus resultados em geral. Os resultados dessa avaliação devem ser reconhecidos pela sociedade e surtir efeitos, pois só assim vale a pena a avaliação da terceira parte.

#### **2. Criação de um mecanismo eficaz de acção conjunta e a longo prazo de avaliação pela terceira parte**

A “terceira parte” não é a que elabora nem executa as políticas, devendo ser um mecanismo de fiscalização e, através da divulgação dos resultados da avaliação, o Governo aperfeiçoa as acções governativas. Atendendo às especificidades da avaliação realizada pela terceira parte em Macau, deve haver um processo gradual e de desenvolvimento livre e, através de ajustamentos incessantes, tornar-se num mecanismo eficaz a longo prazo, que, para além de poder ser utilizado para avaliar a qualidade dos serviços do Governo, pode também ser usado para avaliar as suas grandes políticas, e só assim é que se pode promover que o Governo optimize sempre as decisões tomadas e a respectiva gestão.

### **3. Aproveitamento racional dos resultados da avaliação para elevar a eficácia governativa**

Há que fazer face aos problemas decorrentes dos resultados da avaliação, e o mais importante é a aplicação eficaz desses resultados, caso contrário a avaliação efectuada pela terceira parte é apenas um formalismo. O Governo deve proceder a uma ampla auscultação, pois só assim é que os resultados produzem os seus devidos efeitos, e só assim é que é possível elevar a eficácia governativa.

## **INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Com o aparecimento do novel Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM para os próximos cinco anos (2016-2020), e após 16 anos do estabelecimento da RAEM, o governo tem finalmente nos “ombros”, uma maior responsabilidade e uma real necessidade de governar com pragmatismo centrado nos Cidadãos, tendo como pressupostos essenciais, a transparência governativa e a prestação de contas públicas.

À partida, esta tarefa não será fácil. Não será fácil mudar as mentalidades dos governantes habituados ao facilitismo e autoritarismo, após mais década e meia anos sem ter de prestar contas a quem quer que seja, face à abundância e fartura das receitas do Jogo.

O resultado, foram anos de despesismos anuais, sem que nenhum dos principais titulares dos cargos públicos tivessem de assumir responsabilidades políticas pelos erros cometidos como entidade tutelar dos serviços públicos.

Agora com o Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM para os próximos cinco anos (2016-2020), será necessário evitar despesismos e elevar o uso eficiente dos dinheiros públicos. Porém, no corrente ano, surgem tentativas de construção de obras públicas megalómanas não obstante o território ser diminuto e existir uma elevada concentração demográfica principalmente nas zonas do norte da cidade, fazendo falta neste momento de um Plano Director da RAEM (City Master Plan) para acabar com estes abusos.

Assim, exige-se dos governantes o cumprimento dos princípios de eficiência, ética e de responsabilidade social na tomada de decisões políticas, administrativas ou financeiras que possam, por exemplo no final por em causa a credibilidade e o respeito dos governantes perante os cidadãos.

Gerir hoje, sem pensar no dia de amanhã ou nas futuras gerações, não se afigura eticamente correcto ou socialmente responsável quando meramente se destina a satisfazer “agendas pessoais” dos decisores com obras megalómanas que a longo prazo se transformam em autênticos “elefantes brancos”.

Também importante, para que haja uma administração mais eficiente e competitiva será necessário muita coragem para descentralizar a governação, horizontalizar as competências, elevar a transparência governativa, desburocratizar, simplificar e eliminar as etapas administrativas colocando no topo a expressão da sociedade civil.

Será necessário desenvolver nos funcionários públicos, um compromisso com a construção de uma sociedade mais preparada para enfrentar as novas exigências contextualizadas em uma era de rápidas mudanças.

A grande tarefa compreende, entre outros aspectos, a implementação de formas eficientes de capacitar eficientemente o multilinguismo nos funcionários públicos, a revisão dos

serviços de atendimento ao público destinado a aumentar a eficiência e humanização das tarefas.

Isto implica repensar profundamente os actuais modelos organizacionais, clarificar e eliminar as categorias funcionais que sobrepõem entre si, motivando e elevando a moral dos trabalhadores. Em paralelo, será necessário rever de forma eficaz a qualidade da prestação de serviços públicos por via de resultados.

Nisto, o Governo precisará de entidades tutelares competentes e corajosos para enfrentar e resolver os problemas internos evitando deixar passar o tempo, como se com o tempo as coisas se resolvem por si, porque está provado que para além de não se resolverem, ainda criam novos problemas.

Será necessário dialogar com os parceiros sociais da função pública de uma forma honesta e leal e evitar a mentalidade de esconder os problemas ou fingir que não existem, porque cedo ou tarde repercutirão nos cidadãos e na sociedade em geral.

Muito Obrigado.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 18 de Outubro de 2016.**

**José Pereira Coutinho**

## **IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 18.10.2016**

### **Indicações nos pontos turísticos**

A indústria do turismo é um dos pilares da economia de Macau. Tendo em conta o actual ajustamento da economia e para acelerar os trabalhos de construção de Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer, o Governo tem lançado e desenvolvido um conjunto de atracções diversificadas.

O Governo da RAEM implementou o projecto de desenvolvimento do turismo comunitário, os roteiros turísticos – “sentir Macau passo a passo” e o programa de avaliação de serviços turísticos de qualidade, com vista aos turistas poderem conhecer os pontos turísticos de Macau e a levá-los às zonas mais antigas da cidade, com o objectivo de não se concentrarem todos num só local. Através de uma cooperação interdepartamental, o Governo implementou essas medidas e acrescentou indicações, bem como embelezou as vias no percurso dos roteiros turísticos.

Contudo, tanto os residentes como os turistas afirmam que há margem para melhorias nas indicações implementadas ao longo dos roteiros e noutros pontos turísticos, nomeadamente, no Farol da Guia e no Templo de Lin Fong, situado na zona Norte. Muitos turistas não conseguem ir ao Farol da Guia, pois chegam ao respectivo trilho e já não há mais indicações, o que os deixa sem meios e desorientados.

No passado, já alguns residentes tinham levantado esta questão junto dos serviços competentes, mas não houve nenhuma resposta. Esperemos que haja melhorias por parte dos serviços competentes em todo o percurso dos roteiros turísticos, disponibilizando mais indicações em colaboração com outras entidades públicas.

## **IAOD da Deputada Chan Hong em 18.10.2016**

A circulação ininterrupta de autocarros de turismo pela Rua de D. Belchior Carneiro para levarem e trazerem turistas às Ruínas de S. Paulo há muito incomoda gravemente os residentes das proximidades e cria grave pressão para o trânsito das vias circundantes, daí esperar a sociedade uma solução para o problema. No ano passado, afirmou a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) esperar apresentar em 2016 um plano de reordenamento do trânsito para a Rua de D. Belchior Carneiro, a fim de permitir aos autocarros de turismo largarem os turistas nessa rua e tomá-los no silo-auto da Praça do Tap Seac. O ano está quase a terminar, mas até agora nada se vislumbra deste plano. Afirmou ainda há tempos que vai continuar a dialogar com os correspondentes serviços da Administração, residentes e sectores, de forma a encontrar a melhor solução para o estacionamento de autocarros de turismo. Mas como não há um calendário, não se sabe por quanto mais tempo têm os residentes de esperar.

Muitos habitantes do bairro esperam a proibição da entrada dos autocarros turísticos na zona das Ruínas de S. Paulo. Os turistas podem descer no silo-auto da Praça do Tap Seac, e andar a pé até às Ruínas de S. Paulo e visitar os pontos turísticos na freguesia de S. Lázaro. Mas o sector do turismo tem uma opinião divergente, referindo que em Macau há mais de 1800 guias e mais de 100 agências de viagens que aceitam turistas do Interior da China, havendo dificuldade na coordenação e orientação dos turistas para irem a pé até às Ruínas de S. Paulo ou se dispersarem para outros pontos turísticos. A divergência de opiniões vai pôr à prova a sabedoria do Governo e espero que este consiga quanto antes encontrar uma solução viável e concretizá-la de forma faseada.

A sugestão da proibição da entrada dos autocarros turísticos na zona das Ruínas de S. Paulo merece ser experimentada, mas primeiro tem de haver boa coordenação e mais medidas de apoio. Sugiro o seguinte:

1. Aumentar os lugares para os autocarros turísticos no estacionamento subterrâneo do Tap Seac, onde agora só há 28 lugares, mas nas horas de pico pode haver uma centena de autocarros turísticos, o que revela uma grande falta de lugares. O Governo deve então aumentá-los e dar uma ajuda ao sector turístico ao desviar a circulação dos respectivos autocarros.

2. Criar mais instalações turísticas de apoio. Para os visitantes terem vontade de ir a pé até às Ruínas de São Paulo e aos pontos próximos, é preciso melhorar o ambiente pedonal dos pontos de Património Mundial e das áreas turísticas, criar mais instalações pedonais, reforçar a segurança e reabilitar o ambiente de negócio.

3. Reforçar a coordenação e a colaboração entre as DSAT, FSM, DST e

DSSOPT, com vista a proceder bem à reordenação e ao planeamento de trânsito da zona das Ruínas de São Paulo.

## IAOD da Deputada Lei Cheng I em 18.10.2016

Em 2013, teve início a candidatura para aquisição de habitações económicas de várias tipologias, e 40 mil pessoas concorreram para mil e tal fracções. Mas os residentes sorteados tiveram de esperar três anos e só no próximo mês é que vão, na totalidade, ter a oportunidade de receber um ofício e de submeter-se a exame para qualificação. Até 7 de Outubro, das 1620 famílias que já receberam ofício, 412 ainda estão em exame e apenas 624 famílias estão qualificadas para a escolha das fracções. As autoridades pediram já aos candidatos a entrega da “Declaração do património líquido”, entre outros documentos, a fim de acelerar o processo de exame, mas todo o processo de candidatura às fracções económicas ultrapassa 2 anos. É como se fosse a passo de caracol.

Para além do exame de qualificação, outros procedimentos administrativos como a ocupação das fracções e a assinatura da escritura pública, etc. são também bastante lentos. Só em finais do mês passado é que foi concluída a distribuição das chaves das fracções do edifício Cheng I, que pertence ao “plano das 19 mil fracções”; 14 famílias que aguardavam há vários anos, devido às mudanças da situação familiar ou por outros motivos, perderam a qualidade da obtenção das fracções. E os promitentes-compradores dos edifícios Koi Nga e Ip Heng, ocupadas as fracções em 2013, só há meses é que foram notificados da entrega dos documentos para assinar a escritura pública.

Os procedimentos administrativos para a apreciação dos pedidos de aquisição, e para a ocupação e a celebração de escritura pública de habitação económica são morosos, o que impossibilita os residentes com necessidades habitacionais prementes de adquirirem, quanto antes, uma habitação económica, de a ocuparem ou de celebrarem a respectiva escritura. Isto constitui mesmo uma grande pressão para os residentes que ainda não têm casa própria e que suportam rendas elevadas. O Governo é responsável pelo cumprimento dos procedimentos administrativos, ficando os residentes numa situação passiva, e os promitentes-compradores têm de assumir as consequências resultantes de eventuais mudanças, o que é bastante injusto, e o Governo não deve permitir que estas situações persistam.

A Lei de Habitação Económica entrou em vigor em 2011, e o novo concurso para a habitação económica só teve lugar em 2013. A morosidade dos trabalhos tem a ver com a irracionalidade das normas jurídicas? Ou tem a ver com a imobilização dos processos de trabalho ou com a lentidão das formalidades dos serviços públicos? Os competentes serviços devem averiguar a situação e resolver os problemas.

Para além de acelerar o processo da celebração de escritura, as autoridades devem também proceder, quanto antes, à revisão global da Lei da habitação

económica, melhorando as regras susceptíveis de abrandar a apreciação, o acesso a habitação, a celebração de escritura, etc. Devem, em particular, rever a lei para resolver as questões de os compradores de habitação económica se sujeitarem à recuperação da sua fracção devido a terem, antes de celebrar a escritura, uma quota predial, por razões passivas, tais como herança.

O melhoramento dos procedimentos e o aperfeiçoamento da legislação ajudam a acelerar o processo do acesso a habitação e da celebração de escritura, mas para um alívio real dos problemas habitacionais dos residentes, o essencial é aumentar a oferta de habitação pública. Segundo o Plano Quinquenal de Desenvolvimento, a curto e médio prazo, planeia-se construir cerca de 4600 fracções de habitação pública e mais de 8000 fracções no lote sito na Avenida Wai Long. Mesmo que estas mais de dez mil fracções sejam todas para habitação económica, não são suficientes para dar resposta às solicitações sociais. Assim, as autoridades devem continuar a acelerar os processos relativos à recuperação dos terrenos cujo desenvolvimento não ocorreu dentro do prazo, destinando prioritariamente os terrenos recuperados à construção de habitação económica, com vista ao aumento da oferta de habitação pública.

## IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 18.10.2016

Anunciou Li Keqiang, durante a sua visita a Macau, 5 acções e 19 medidas estratégicas em benefício de Macau. Se Macau souber agarrar esta oportunidade e desempenhar melhor o papel de ponte no comércio entre a China e os Países de Língua Portuguesa, terá decerto espaço para altos voos, em termos de serviços financeiros característicos, cooperação entre empresas chinesas e lusófonas, e empreendedorismo juvenil, daí recair o peso das prioridades na formação e preparação de quadros qualificados.

Há que rever, por isso, a política de recursos humanos, com um papel passivo, que apenas dá importância à quantidade e não à qualidade, e envidar mais esforços para criar as condições para haver um maior e necessário espaço de crescimento e desenvolvimento para os jovens empresários e quadros qualificados com competências, ideias, dedicação e criatividade, pois assim é que pode haver uma articulação com as políticas do Governo Central e a implementação do desenvolvimento rumo à diversificação adequada da economia.

Nunca pensou o Governo, desde o retorno e para enfrentar o rápido crescimento económico, em definir um plano global de formação, como política de recursos humanos, nem em criar condições para beneficiar o crescimento e desenvolvimento, bem como a ascensão vertical dos quadros qualificados e especializados dos diversos ramos de actividade. A importação em massa de trabalhadores coarctou a evolução normal das condições salariais desses diversos ramos, pois, para além das profissões de *croupier* e condutor, reservadas aos residentes e com remunerações relativamente mais justas e razoáveis, as dos técnicos e profissionais de outros ramos permanecem relativamente baixas há longo tempo. Sem alternativas, os recursos humanos são atraídos para as fileiras de pessoal da linha de frente dos casinos, o que distorce assim a estrutura do mercado laboral. Para a nova geração de técnicos e profissionais sobreviver e desenvolver-se é difícil, o que empurra o desenvolvimento dos recursos humanos para um círculo vicioso.

Face ao ajustamento profundo do sector do jogo, a economia de Macau está a encarar um desafio rigoroso. O Primeiro-Ministro Li Keqiang anunciou várias medidas que demonstram o carinho dado pelo país a Macau e que são as expectativas e solicitações em relação a Macau. Assim, o Governo da RAEM deve lançar políticas viáveis de apoio para melhor aproveitar as novas medidas que o Governo Central apresenta para o apoio a Macau, reflectir ainda sobre o sucesso e o insucesso das políticas de recursos humanos lançadas desde a transferência de Macau e ter uma visão de longo prazo, segundo o futuro rumo de desenvolvimento, para a formação de especialistas e técnicos diversificados, no sentido de impulsionar o desenvolvimento sustentável da economia!

É de salientar que o sucesso e o desenvolvimento dos talentos requerem condições e espaço, e se uma empresa não conceder uma remuneração razoável, boas regalias, boas condições de trabalho, sem a cultura empresarial de respeitar os talentos, não só os locais não conseguem ter o seu crescimento, como também é difícil reter os não residentes!

A economia de Macau tem de ter um desenvolvimento diversificado e encarar a cooperação e a concorrência regional. Embora haja políticas que beneficiam Macau, há que requerer empresários e quadros profissionais locais com mentalidade aberta e de áreas diferentes que saibam agarrar melhor as oportunidades, com a coragem de mudar e inovar, e com uma visão alargada, mais, o próprio Governo tem de ter uma mentalidade inovadora para lançar as políticas de apoio, caso contrário, mesmo que o Governo Central lance muitas, o desenvolvimento da plataforma entre a China e os países de língua portuguesa não vai andar facilmente!

## **IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 18.10.2016**

A elaboração, nos termos da lei, do Plano director da RAEM e dos planos de pormenor das diversas zonas dos novos aterros continua por concretizar, mas a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) avançou, repentina e silenciosamente, com o anteprojecto da Planta de condições urbanísticas (PCU) de certas áreas da zona B dos novos aterros. Trata-se de um evidente incumprimento dos procedimentos do planeamento urbanístico legalmente estabelecidos, que suscitou as dúvidas da população. A meu ver, o Governo deve acabar de vez com a prática malévola do trabalho à porta fechada e com a troca de interesses, deve acompanhar a evolução dos tempos quando avalia as situações e divulgar os planos relativos aos terrenos.

A DSSOPT não respeitou os procedimentos legalmente estabelecidos e, repentina e silenciosamente, avançou com a tal planta de certas áreas da zona B dos novos aterros. Os mecanismos para a emissão dessas plantas para as zonas não abrangidas por planos de pormenor constam do artigo 58.º da Lei do planeamento urbanístico, mas, obviamente, dizem respeito às zonas que já existem há muito tempo, e segundo este artigo, as referidas plantas são emitidas a requerimento do interessado. Mas a zona em causa é nova, vai ser alvo de planeamento, nenhum terreno foi ainda concedido, e nem existem interessados. Portanto, por forma a mostrar que respeita os procedimentos do planeamento urbanístico legalmente estabelecidos, o Governo não deveria desistir, desde já, do referido anteprojecto?

O Governo da RAEM definiu, silenciosamente, as plantas de condições urbanísticas para uma parte da zona B dos Novos Aterros sem ter antes esclarecido as finalidades dos respectivos projectos. Alguns cidadãos que perderam a confiança no Governo apresentaram as suas opiniões aos deputados, considerando que se trata, mais uma vez, de uma situação de especial tráfico de interesses. Se se pensar ao contrário e numa perspectiva de boa fé, é possível associar isto à necessidade do Governo em acelerar a construção de um campus de justiça. Aquando da respectiva consulta pública, o Governo inclinava-se para a criação de um campus de justiça e agora surgiram críticas ao desperdício de grande quantidade de dinheiro público no arrendamento de espaços privados para os organismos públicos. Seja como for, se o Governo tem razões legítimas para acelerar o desenvolvimento de uma parte das zonas dos Novos Aterros, deve, com base numa análise global e assumindo uma atitude de avançar com o evoluir dos tempos, tomar uma decisão política depois da consulta pública e de divulgar as respectivas informações.

De facto, a construção do referido campus na zona B não se coaduna com a realidade dos nossos recursos de solos. Durante a referida consulta, não existiam de facto condições para se ponderar a construção de um campus de justiça fora

dos Novos Aterros, mas o Governo já decidiu, recentemente, retomar uma dezena de terrenos nas zonas C e D cuja concessão já tinha sido terminado, portanto, deve conhecer bem a nova conjuntura e preparar a transformação das zonas C e D do lago Nam Van, onde estão localizados o Edifício do Tribunal da Última Instância (TUI) e o Edifício do TJB, que está em construção, num campus de justiça. Depois da retoma dos tais terrenos cujo prazo de concessão já terminou, o Governo deve prestar, o mais rápido possível, esclarecimentos sobre o ponto de situação da definição dos planos de desenvolvimento das zonas C e D do Lago Nam Van.

## **IAOD do Deputado Au Kam San em 18.10.2016**

### **Oposição à importação abusiva de mão de obra, combate rigoroso ao trabalho ilegal e salvaguarda do emprego dos residentes**

No passado dia 1, algumas centenas de desempregados manifestaram-se contra a importação abusiva de mão de obra e em prol da salvaguarda do emprego dos residentes. Trata-se duma exigência antiga, apresentada pela primeira vez a seguir ao retorno à Pátria, na manifestação do Dia Mundial do Trabalhador, que contou com a participação de trabalhadores dos vários sectores. Passaram já mais de 10 anos, mas parece que o Governo ainda não dispõe de medidas para dar resposta a esta exigência.

O Governo tem afirmado que “a importação de mão de obra visa colmatar a insuficiência de trabalhadores locais”, no entanto, em muitos projectos de construção, mesmo quando existe número suficiente de trabalhadores locais, em regime provisório, autoriza-se a importação de grande número de trabalhadores, e quando estes chegam, os locais são despedidos. Surge então aqui uma inversão, “os trabalhadores locais é que complementam a insuficiência de não residentes”

O que é mais ridículo é que mesmo quando os trabalhadores locais são contratados, os seus salários são francamente irrazoáveis.

No início deste ano, definiu-se o salário mínimo em Macau, mas só se aplica às áreas da limpeza e segurança na administração predial, deixando de fora os trabalhadores da construção civil. Na verdade, os não residentes que trabalham nesta área têm um salário mínimo há mais de 10 anos, na altura, o Governo justificava que aqueles não deviam ser mão de obra barata e que a sua importação tinha por objectivo colmatar a insuficiência de recursos humanos locais. Para pôr em prática esta política, o Governo estipulou, há mais de 10 anos, que a contratação de não residentes na área da construção devia garantir o salário mínimo diário de 450 patacas, caso contrário, a mesma não seria autorizada.

Nestes últimos 10 anos, o preço das casas disparou, e os custos de construção também, portanto, em teoria, a remuneração dos trabalhadores devia acompanhar este aumento. Porém, as 450 patacas nunca foram alvo de actualização, portanto, foi por água abaixo a política que defendia que estes trabalhadores não eram mão de obra barata. O pior é que o salário dos trabalhadores locais tem sido afectado devido à manutenção desse baixo montante. Os mais qualificados, nas áreas da cofragem, das armaduras de ferro, nos acabamentos, etc., são substituídos por trabalhadores não residentes, e os locais só são contratados ocasionalmente, independentemente da sua qualificação técnica. Mas mesmo assim, recebem 450 patacas por dia, o equivalente ao salário mínimo definido há mais de 10 anos para os trabalhadores

não residentes. Isto é inaceitável.

Existem diferenças na contratação de trabalhadores locais e não residentes. Estes últimos, para além de receberem 450 patacas por dia, têm 26 dias de trabalho completo enquanto os locais não trabalham 26 dias e podem ver o trabalho suspenso a qualquer momento, por isso, apesar de ambos receberem 450 patacas por dia, o salário dos locais é menor, pois podem não ter 20 dias completos de trabalho por mês.

Quanto a isto, há três problemas para as autoridades resolverem. O primeiro é como evitar os abusos na importação de mão de obra, para que os trabalhadores locais não sejam transformados num complemento à insuficiência dos não residentes; segundo, a substituição dos locais por não residentes, apesar de estes não serem qualificados. Mesmo quando têm capacidade para assumir trabalho mais técnico, são transformados em operários auxiliares nos estaleiros de obras, a troco dum salário insignificante de 450 patacas por dia; e terceiro, tendo em conta estes problemas, algumas associações de operários já reivindicaram um salário mínimo para os diferentes trabalhos de construção civil, por isso, o Governo deve dar-lhes uma resposta.

Finalmente, para além dos abusos na importação de mão de obra, o direito ao trabalho dos locais é também afectado pelo grande número de trabalhadores ilegais. Muitos trabalhadores locais queixam-se da gravidade da situação, devido ao grande número de ilegais que trabalham à noite nos estaleiros de obras de muitas concessionárias do jogo. Porém, não houve nenhuma reacção do Governo a essas queixas. Trabalhadores locais descobriram ainda factos que provam que altos dirigentes das forças policiais vigiam e dão protecção a esses estaleiros de obras, por isso, todas as operações policiais efectuadas nos estaleiros de obras não passam de show. Talvez seja difícil encontrar provas, mas o que é facto é que, ao fim de tantos anos, o combate ao trabalho ilegal não tem conseguido grandes resultados. A população duvida se tal se deve à protecção das autoridades ou se se trata de óbvia incapacidade das autoridades para resolver o problema. Há anos que sugerimos a participação de representantes sindicais ou de Deputados à Assembleia Legislativa no mecanismo de troca de informações para reforçar a eficácia e os resultados das operações de combate ao trabalho ilegal. Agora, parece que as autoridades já não podem ignorar mais essa nossa proposta.